



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

## HORIZONTES E DESAFIOS DE EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

ELIZA MARTA GONÇALVES FERREIRA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este escrito resulta do cumprimento do Estágio Pedagógico requerido pelo Mestrado em Educação Agrícola da UFRRJ. O estágio foi realizado em uma escola de ensino médio de uma pequena cidade do Ceará; cujo objetivo geral foi: identificar as possibilidades e limites de efetivação da Educação em Direitos Humanos, segundo determina a legislação vigente. Dez dias de convivência no interior da unidade escolar nos permitiu concluir que: o ordenamento legal das políticas sociais enfrenta inúmeros desafios no caminho rumo a sua materialidade, e que é pertinente a presença do assistente social na escola.

**Palavras-Chave:** Escola; Educação em Direitos Humanos; Assistente Social.

**Abstrac:** This writing results from fulfillment of the Pedagogical Internship required by the master's degree in Agricultural Education of UFRRJ. The internship was carried out in a high school in a small town of Ceará; whose general objective was: to identify the possibilities and limits of effective Human Rights Education, according to the current legislation. Ten days living within the school allows us to complete that, legal planning of social policies faces countless challenges on the way to its materiality, and that relevant is the attendance of the social worker in the school.

**Keywords:** School; Human Rights Education; Social Worker.

### 1 INTRODUÇÃO

O Estágio Pedagógico é requisito obrigatório do curso de Mestrado em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o qual deve ser cumprido em instituição de ensino – de qualquer nível – à escolha do estudante. O estágio, objeto deste estudo, foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no município de Piquet Carneiro, Estado do Ceará, entre os dias 22 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018. A escolha desta escola para o cumprimento do estágio se deu pelo fato de localizar-se na cidade de origem da estagiária e por tratar-se da unidade escolar na qual a mesma atuou como docente – das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Língua Inglesa - no período de 1998 a 2004.

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social. Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu. E-mail: <elizamarta.ifce@gmail.com>

Interesses pessoais e profissionais acerca da Educação em Direitos Humanos, decorrentes da formação em Serviço Social, bem como da atuação em instituição de ensino e, ainda, de leituras/estudos realizados no âmbito dos Direitos Humanos, embasaram o objetivo geral do plano de estágio, qual seja: analisar as possibilidades e limites de execução de ações pedagógicas e administrativas que se identificam com a proposta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para o Ensino Médio pela escola.

Os procedimentos adotados no decurso dos 10 (dez) dias de presença na escola foram: participação na Jornada Pedagógica; consulta a documentos institucionais, a projetos escolares; observação nos ambientes que compõem a escola; conversas com os diversos atores; participação no planejamento da acolhida/recepção dos estudantes no primeiro dia do ano letivo e das aulas das disciplinas da área de Ciências Humanas; realização de Palestra/Exposição Dialogada e Roda de Conversa sobre a Construção da Cultura da Paz – na perspectiva dos Direitos Humanos - com turmas de estudantes do ensino médio e com uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No sentido de corresponder ao que nos propomos quando da formulação do Plano de Estágio, apresentamos no decorrer do texto: a identidade institucional (estrutura e funcionamento da escola onde ocorreu o estágio); as observações e reflexões relativas ao papel da escola e dos educadores em tempos de negação e perda de direitos já conquistados no plano legal; e, sobre quais possibilidades e limites se impõem à efetivação da Educação em Direitos Humanos. Nos dias atuais, quando direitos já conquistados no plano legal são diariamente negados e retirados, de forma violenta, da classe social e economicamente mais vulnerável; quando vemos crescer a desigualdade e a injustiça, o desafio da educação torna-se ainda maior, pois, muitas vezes, os próprios educadores são também vítimas (apesar de alguns não se reconhecerem como tal) do sistema que sobrepõe o poder econômico e político às reais necessidades da educação. Nas considerações finais, expomos sobre a pertinência do profissional de serviço social no ambiente escolar, na realização de um trabalho interdisciplinar que se expresse na operacionalização de mecanismos e estratégias dialógicas e solidariamente planejadas e executadas “sobre uma realidade multifacética e complexa [...] sem perda da identidade profissional” (SÁ, 2011, p.26). Instituído-se a prática da prestação de serviços sob distintos olhares e semelhantes interesses, qual sejam: o acesso, a permanência e o êxito do estudante e a qualidade da educação.

## **2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL: CONHECENDO O CAMPO DE ESTÁGIO**

A EEM Marechal Castelo Branco abriu as portas para acolher os primeiros alunos em agosto de 1978, entretanto, foi criada oficialmente em 09 de março de 1979. É um estabelecimento de ensino pertencente à rede pública estadual, a única escola de Ensino Médio no município de Piquet Carneiro.

Está vinculada administrativamente à Coordenadoria Regional de Educação – CREDE 14, sediada em Senador Pompeu. A organização Administrativa e Pedagógica é formada por:

a) Núcleo Gestor – composto por Diretora, Assessor Administrativo Financeiro, Secretária e três Coordenadores Pedagógicos – Um por área de conhecimento.

b) Corpo docente – composto por 24 professores. Sendo 11 efetivos – dentre os quais 06 não estão em sala de aula (01 diretora, 03 coordenadores pedagógicos, 01 centro de Multimeios/biblioteca e 01 sala de AEE); 13 estão em situação de contrato temporário.

c) Corpo discente – a matrícula inicial de 2018 soma 418 estudantes do ensino médio, destes 11 são especiais; distribuídos em 11 turmas e 02 turmas de Educação de Jovens e Adultos com 78 matrículas.

d) Apoio administrativo – Arquivo, Serviços Gerais, Merenda Escolar.

No apoio administrativo apenas a ocupante do cargo de Secretária pertence ao quadro efetivo. São 09 (nove) servidores terceirizados distribuídos nos três turnos de funcionamento: executando as atividades de: 01 (um) Assessor Administrativo Financeiro, 03 (três) serviço de vigilância e outros 05 (cinco) se revezam nos serviços de limpeza e de alimentação escolar.

e) Organismos colegiados:

Conselho Escolar – órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador dos assuntos pedagógicos e administrativos-financeiros da escola. É composto por 01 membro do Núcleo Gestor, 02 representantes dos professores, 02 representantes dos servidores administrativos, 02 representantes de alunos, 02 representantes de pais e 01 representante da sociedade civil.

Grêmio Estudantil - entidade autônoma, organizada pelos estudantes para atuar em aspectos educacionais, culturais, desportivos e sociais de acordo com estatuto próprio. É composto por: presidente, vice-presidente, tesoureiro, 1º e 2º secretários, diretor de imprensa, diretor social, diretor de esportes, diretor cultural, 1º e 2º suplentes.

f) Ambientes de Aprendizagem: a escola conta com espaços destinados à realização de atividades e acompanhamentos específicos, são eles:

1. Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) – é dotada de Recursos Multifuncionais, como: Cédula Braille - alfabeto, números, prancheta e reglete (instrumento utilizado para a escrita em braille). Recursos didáticos pedagógicos para o atendimento à pessoa com deficiência intelectual (jogos). É coordenada por um professor (de matemática), cuja função é “pensar formas de acompanhamento, avaliação diferenciada para estudantes com deficiência matriculados e com frequência regular em conjunto com os professores”.

2. Laboratório de Informática (LEI) - é coordenado por dois professores, sendo um no turno da manhã e outro no turno da tarde, há também um aluno monitor para cada turno. Comporta 06 (seis) computadores. Tem como atribuições: oferecer suporte a estudantes e professores nas atividades de pesquisas, estudos que necessitam o uso dos recursos da informática em sala de aula e

nos eventos que integram o calendário escolar; o desenvolvimento de projetos – a exemplo do Projeto “Meus primeiros passos digitais”, que oportuniza a iniciação do uso das tecnologias da informação a estudantes; e ações relacionadas a produção de textos digitais, a elaboração de informativo mensal da escola.

3. Laboratório de Ciências (LEC) - destina-se à realização de aulas práticas; de atividades orientadas, ao reforço de matemática. Os professores responsáveis por este laboratório – um no turno da manhã e outro no turno da tarde – devem planejar junto com os professores titulares da área de Ciências da Natureza a utilização do mesmo no sentido de dinamizar as aulas, facilitar a aprendizagem e melhorar o desempenho dos estudantes.

4. Sala de Vídeo - uma sala de aula adaptada com recursos multimídia e cadeiras para acolher estudantes em aulas, bem como outros públicos para a realização de outras ações da escola que requeiram a emissão de vídeo.

5. Biblioteca e Centro de Multimeios - ocupam o mesmo espaço físico. A finalidade destes na unidade escolar é despertar o interesse dos estudantes pela ampliação dos conhecimentos por meio do hábito da leitura. O acervo disponibiliza livros de literatura, didáticos e paradidáticos das diversas áreas do conhecimento para consulta e empréstimo a docentes e discentes. Algumas das atividades dos projetos desenvolvidos na escola, como o de Leitura dinamizada com inserção de audiovisuais, acontecem neste espaço.

## 2.1 Programas e Projetos desenvolvidos na escola<sup>2</sup>

Alguns programas e projetos são desenvolvidos sob a orientação da SEDUC, melhor dizendo: são programas e projetos elaborados pela esfera estadual que são impostos ou submetidos à adesão da escola (ou das secretarias municipais). Dentre estes a escola realiza os seguintes:

a) Jovem de Futuro – Oferece às escolas participantes apoio técnico e financeiro (R\$ 100,00/aluno/ano) para, no período correspondente ao ensino médio (3 anos), melhorar seu desempenho. A proposta do projeto visa mobilizar alunos, professores e famílias em torno de *metas pactuadas* – referem-se aos resultados obtidos nas avaliações internas e externas: SPAECE e ENEM - para garantir que jovens entrem, permaneçam, tenham bom desempenho e terminem o Ensino Médio.

b) Programa Geração da Paz – tem como objetivo promover e desenvolver estratégias de aproximação da escola e comunidade, através da valorização dos saberes e experiências locais, que apoiem a construção de uma cultura de paz no estado do Ceará.

---

<sup>2</sup> Para conhecer melhor os programas e Projetos desenvolvidos consultamos a página oficial da Secretaria Estadual da Educação Básica do Ceará na internet: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas>.

c) Projeto Professor Diretor de Turma – visa a construção de uma escola que eduque a razão e a emoção. Uma escola que tem como premissa a desmassificação do ensino. Uma escola com pleno objetivos de acesso, permanência, sucesso e formação cidadã. É apontado - junto com o Projeto Jovem de Futuro no Projeto Político Pedagógico da escola - como vetor para a formação integral do educando e alcance de uma educação pública de qualidade.

d) Feira Científica e Cultural - Ação pedagógica que visa incentivar a produção e a dinamização do conhecimento no contexto da sala de aula, da escola, da comunidade, da sociedade e do mundo, por meio da vivência do protagonismo estudantil. A ação é trabalhada em 08 (oito) categorias: Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática e suas Aplicações, Robótica Educacional, Educação Ambiental Científica, Educação ambiental Artístico-cultural e Pesquisa Júnior – Ensino fundamental.

## 2.2 Projetos Interdisciplinares próprios da escola

a) A cor da cultura: o negro na sociedade brasileira - Projeto da área de Ciências Sociais, trabalha em sala de aula as características peculiares do continente africano; realiza pesquisas no Centro de Multimeios e no Laboratório de Informática; oficina de arte para montagem dos cenários; apresentações artísticas culturais; participação da comunidade externa na culminância das atividades, que ocorre na semana do 20 de novembro. Visita guiada ao Museu Negro Liberto em Redenção.

b) Chá Literário – nas asas da imaginação tecendo sonhos - Projeto da área de Linguagens e Códigos, realiza-se a partir da indicação de teóricos na área de sociolinguística; da orientação de pesquisa bibliográfica e na internet; do trabalho com autores da literatura brasileira; da montagem de peças, cenários, danças e outras manifestações artístico culturais no dia da culminância que tem a participação da comunidade escolar e externa.

c) Leitura Dinamizada com a inserção dos audiovisuais - As ações do projeto consistem na análise de cenas de novelas, filmes, vídeos educativos e textos diversificados; na reflexão acerca das temáticas abordadas; na leitura de imagens barrocas; na utilização de tecnologias para a leitura de rótulos, propagandas, memórias iconográficas; no incentivo à produção textual; na divulgação das produções dos alunos nas redes sociais; na utilização dos ambientes de aprendizagem como o Centro de Multimeios, Laboratório de Informática e Sala de Vídeo para dinamizar as atividades do projeto.

d) Sarau - Pesquisa temas da literatura; trabalha os autores com dramatização, resenhas, ornamentação do ambiente caracterizando a obra literária trabalhada, resumo bibliográfico, poesias, apresentações artísticas culturais.

## 2.3 Parcerias

A escola estabelece relação de parceria com as seguintes instituições:

- ✓ Conselho Tutelar – conselheiros tutelares são convidados a proferir palestras, a levar informações sobre suas atribuições aos estudantes. Esta parceria se alinha à proposta da Educação em Direitos Humanos de “Estimular experiências de interação da escola com a comunidade que contribuam na formação da cidadania democrática”.
- ✓ Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – a escola mantém diálogo frequente e amistoso com a secretaria; a parceria se confirma na disponibilidade do transporte de alunos, transporte de professores para o anexo; realização de eventos em conjunto: momentos da Jornada Pedagógica, participação nas festividades do padroeiro (junho), da semana do município (julho), do 7 de setembro.
- ✓ Secretarias Municipais da Saúde e da Assistência Social – profissionais destas secretarias comparecem à escola para palestras, campanhas, atividades de informação sobre suas ações.

## 3 OBSERVAÇÕES E REFLEXÕES

Os contatos iniciais e mais constantes na escola aconteceram com os professores, pois, destinaram-me um espaço na Sala de Professores para ocupar durante o estágio. Ouvir e/ou participar das conversas com docentes da escola, seja coletiva ou individualmente, nos coloca diante uma realidade de enfrentamentos diários com dificuldades impostas pelas relações e condições de trabalho. As incertezas da instabilidade dos professores em situação de “contrato temporário” – o contrato só é mantido se formar turmas com um número mínimo de 40 alunos; as imposições e cobranças do órgão regional – CREDE 14 – por resultados positivos em detrimento da garantia de condições de trabalho adequadas (físicas, estruturais – salas superlotadas, quentes, pouco iluminadas), de suporte técnico (formação em serviço, para vencer a angústia diante de um quadro de estudantes chegados do ensino fundamental sem o domínio da leitura e da escrita), dos adoecimentos provocados pela carga horária excessiva (alguns professores com 3 jornadas para assegurar um salário digno), pelo sentimento de impotência de vencer os desafios, cujo enfrentamento tem-se dado por meio de programas e projetos pontuais – vindos de cima para baixo, pacotes prontos para serem executados - que efetivam o acesso, mas não a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente aqueles com defasagem de aprendizagem, desprovidos de acompanhamento familiar.

Os vários relatos e a constatação da veracidade destes remeteram ao artigo “Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas”, o qual sintetiza a pesquisa realizada em 2009, em 35 escolas de ensino médio nos Estados do Acre, Ceará, Paraná e São Paulo com o objetivo de analisar as práticas que renderam o sucesso dos seus estudantes nas avaliações externas. A análise das pesquisadoras acerca das políticas públicas que intentam a melhoria da qualidade do ensino médio implementadas nestas

escolas deixa claro tratar-se de unidades que contam com boa estrutura física, com corpo docente e técnico qualificado, com uma equipe de profissionais e gestores comprometidos com o sucesso escolar dos estudantes. A avaliação realizada pelas pesquisadoras se reveste de grande importância para educadores na atualidade, no sentido de evitar que se repitam os erros e apontar caminhos para a investigação das causas de problemas que persistem e de novos surgidos em tempos mais recentes, bem como suscitar iniciativas próprias em cada contexto escolar de superação dos obstáculos de forma conjunta, articulada, respeitando os saberes e conhecimentos dos diversos atores envolvidos no processo educativo no espaço escolar.

Nas instalações físicas – que passam por reforma há mais de dois anos – podemos constatar a observância das normas de acessibilidade no interior da unidade escolar: rampas e banheiro para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Não foi verificado, porém, nenhum trabalho educativo voltado para a aceitação e o respeito a diferença.

Sobre a Jornada Pedagógica - momento inicial do ano letivo que reúne gestores e docentes para a avaliação do ano anterior e planejamento do ano letivo que se inicia – trazemos os seguintes registros:

Na manhã do dia 24 a escola recebeu o Coordenador e técnicos da Coordenadoria Regional de Educação - CREDE 14. Na programação constava a apresentação e avaliação dos resultados da Escola Marechal no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará - SPAECE. Já no início da fala, o coordenador disse que estava indo pessoalmente às escolas que obtiveram os piores resultados: dentre as 10 escolas estaduais da regional, a Escola Marechal ocupou o nono lugar, ou seja, apenas uma escola foi ainda pior. Indicadores como as taxas de aprovação, de repetência e de evasão, além do desempenho dos estudantes em avaliações externas tem sido utilizados para medir a qualidade do ensino médio no Brasil. Os resultados de 2017 apresentados pela Coordenadoria Regional de Educação – CREDE 14, revelam as escolas bem estruturadas fisicamente, com mais recursos e que selecionam os estudantes que possuem os melhores resultados despontando nos primeiros lugares. Ao dar destaque a escolas que cumprem metas estabelecidas e efetivam projetos e programas (mesmo com queixas de falta de acompanhamento e de poucos impactos favoráveis a aprendizagem), os órgãos gestores da educação pública ratificam a intencionalidade do governo em culpabilizar servidores, especialmente docentes, pelo “fracasso da escola pública”, em sobrepor interesses político-econômicos sobre as reais necessidades e objetivos da educação, e assim fazer prevalecer o mercado que pleiteia a minimização do investimento público em educação.

No período da tarde tivemos a oportunidade de acompanhar a avaliação do Plano de Ação 2016 e 2017 – por ambiente de aprendizagem: LEI, LEC e Multimeios e, em seguida, por área: O que foi realizado? O que foi positivo/negativo? O que deve ser acrescentado?

De modo geral os professores se queixaram das dificuldades enfrentadas no ano de 2017 sobre diversos aspectos: pouco interesse dos estudantes; casos frequentes de indisciplina; falha no acompanhamento da família; estudantes com precária formação no ensino fundamental; a reforma inconclusiva da escola; a situação de instabilidade dos contratos temporários; as exigências provenientes da CREDE sem as devidas condições de trabalho.

Apesar disso, não baixam a guarda no sentido de dispensar esforços para reverter quadros de baixo rendimento escolar.

No segundo dia da Jornada Pedagógica, no período da manhã, professores da rede estadual se juntaram a rede municipal para uma palestra com um educador/formador contratado pela Secretaria Municipal da Educação. A palestra teve como tema: *Inovar para encantar em sala de aula*, proferida pelo Professor Ms. Chico Verde, tratou de metodologias, recursos e dinâmicas aplicadas ao ensino infantil e fundamental. Embora não tenha incluído o ensino médio, a apresentação acerca das metodologias e das posturas profissionais pôde ser aproveitada para este nível de ensino.

A tarde do segundo dia e os dois turnos do terceiro foram destinados ao planejamento da acolhida/recepção de estudantes no primeiro dia do ano letivo; ao planejamento das Avaliações Diagnósticas e das aulas da primeira semana por área de conhecimento.

Nas observações e reflexões sobre os projetos desenvolvidos na escola, expostos na sequência, tomamos como fundamento o que conhecemos do ordenamento legal acerca da educação em direitos humanos.

Dentre os princípios que sustentam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, encontramos que “a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos norteadores da educação básica e permear todo o currículo, não devendo ser reduzida à disciplina ou à área curricular específica” (BRASIL, 2003, p.17). Embora os projetos, por área de conhecimento, desenvolvidos na escola envolvam toda a comunidade escolar, a abordagem das questões que dizem respeito “ao combate do racismo, sexismo, discriminação social, cultural, religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira” - outro princípio do plano - aparecem de forma mais enfática nos projetos das ciências sociais (História, Sociologia e Filosofia). O projeto: A cor da cultura: o negro na sociedade brasileira - por exemplo - corresponde à ação proposta no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de “desenvolver projetos culturais e educativos de luta contra a discriminação racial, de gênero e outras formas de discriminação” (BRASIL, 2003).

Chama a atenção os objetivos do projeto Chá literário pela sua evidente caracterização com as ações propostas pela Educação em Direitos Humanos, haja vista a intencionalidade da formação cidadã por meio da leitura (objetivo “b”) reforçado pelo objetivo “e”, o qual propõe a interpretação crítica da leitura; e ainda, a socialização com populações historicamente discriminadas no processo educativo da educação escolarizada: idosos e pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais (objetivo “c”), aplicando a democracia do acesso à cultura ofertada pela arte literária.

Também o projeto Leitura Dinamizada é dotado de marcas da Educação em Direitos Humanos se considerarmos o estímulo à leitura, o acesso a produções cinematográficas e a ampliação da visão de mundo proporcionada pelo conhecimento e discussão de temáticas relacionadas ao cotidiano do estudante, inserindo-o na dinâmica societária mais ampla.

Quanto aos programas e projetos desenvolvidos sob a orientação da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC, o que mais abre possibilidades de trabalhar as questões relativas à Educação em Direitos Humanos é o GERAÇÃO DA PAZ. Se compreendemos que a paz só acontece em ambientes onde são experimentadas relações de justiça, de respeito às diferenças, e, a

partir da escola, buscamos continuamente educar os adolescentes e jovens para atitudes de eliminação das formas de violência (preconceitos, discriminações, etc.) que ferem a dignidade da pessoa humana, estamos construindo a Cultura da Paz. Na Escola Marechal, porém, o programa tem-se limitado a realizar uma atividade uma vez ao mês – segundo recomenda a coordenação do programa em âmbito estadual. Não há um processo contínuo de educação para a paz. Não ocorre a interdisciplinaridade, a intersetorialidade necessárias à geração da paz. Poucos docentes se envolvem nas ações do programa; a participação dos estudantes é rala, eles pouco interagem, não atuam como protagonistas; a comunidade externa (famílias, vizinhos da escola) não comparecem, como previsto nos objetivos. A regente do Centro de Múltiplos – responsável pelo programa na escola – não tem um planejamento específico, sistematizado.

Embora tenhamos restrições aos sistemas de avaliação do ensino, porque não creditamos o nível de aprendizagem à realização de uma prova (muitos estudantes não dão a devida importância, resolvem apressadamente - sem ler – para sair mais cedo), consideramos que o Projeto Jovem de Futuro está contemplado na ação de “favorecer o prosseguimento nos estudos ao estudante concluinte do ensino médio” do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, posto que propõe o êxito do estudante no ensino médio ao pactuar metas de resultados positivos nas Avaliações Internas (Avaliação Diagnóstica) e Externas (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE e Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM).

Dentre os objetivos do Projeto Professor Diretor de Turma – PDT visualizamos um que está intimamente ligado aos propósitos da Educação em Direitos Humanos, qual seja: *oferecer uma educação sustentável que contemple a formação cidadã do educando, estimulando sua participação na vida social, com a tomada de consciência dos problemas que afetam a humanidade*. O professor diretor de turma tem parte da sua carga horária destinada para as ações do projeto. Porém, a realização das ações depende da predisposição e do compromisso dos demais atores da comunidade escolar, de estudantes, de familiares, o que nem sempre é possível obter. Além disso, os contravalores veiculados pela grande mídia e pelas redes sociais que apelam para o consumo e o individualismo, concorrem com a base norteadora do projeto.

O Estágio Pedagógico, com duração de 80 horas, prevê a destinação de parte da carga horária para a execução de uma atividade interventiva. A nossa intervenção foi composta por dois momentos distintos: contribuições no planejamento das atividades dos Ambientes de Aprendizagem e o Encontro Dialógico/Roda de Conversa com estudantes acerca da Cultura da Paz.

Durante a Jornada Pedagógica, quando se discutia “O que deve ser acrescentado ao plano de trabalho 2018?”, pude contribuir com algumas sugestões para dar integralidade ao trabalho nos ambientes de aprendizagem e incorporar aspectos da Educação em Direitos Humanos, quais sejam:

- O Centro de Múltiplos criar um calendário de DATAS SIGNIFICATIVAS – a cada mês ver os dias em que se celebra algo relevante para a comunidade escola, como por exemplo: MARÇO – Dia Internacional da Mulher (8); Dia de Conscientização sobre as Mudanças

Climáticas (18); Dia Mundial da Água (22) ... Só para citar alguns exemplos.

- O Laboratório de Informática junto com Centro de Multimeios e professores orientarem, no decorrer do mês, a produção de informes com desenho, frase para serem expostos; texto, canção, filme para ser estudado/debatido em sala de aula que mostrem o significado da data para toda a escola.
- Provocar o envolvimento dos estudantes no dia 22 de cada mês – dia definido para a ação do Programa Geração da Paz, responsabilizando uma turma e 2 ou 3 professores de áreas distintas a cada mês para organizar a programação.
- Aproveitar o horário da RODA DE LEITURA (na 5ª aula) para discutir temáticas relativas aos Direitos Humanos e às DATAS SIGNIFICATIVAS não apenas nas aulas das disciplinas de Linguagens, mas também nas demais, fazendo cumprir a recomendação da CREDE de trabalhar/explorar a leitura em todas as disciplinas.
- Incluir nos encontros com as famílias momentos de informação/formação acerca dos direitos humanos.
- Proporcionar a estudantes, especialmente do 3º ano, o contato com profissionais de distintas áreas para oferecer informações sobre a formação, mercado de trabalho, atuação profissional e aspectos da função social da profissão.

O Encontro Dialógico com o tema “Construção e Vivência da Paz” aconteceu em dois turnos: manhã e tarde, no dia 22 de fevereiro de 2018, depois de haver encerrado o período do estágio. A atividade teve como objetivo: despertar a atenção dos estudantes para formas de violação dos direitos humanos e para atitudes cotidianas que fortalecem a cultura da paz.

No turno da manhã houve uma melhor participação dos estudantes – mais respostas aos questionamentos, mais exposição de pontos de vista em relação ao turno da tarde – quando ocorreu menos interação e mais dispersão, exigindo uma abordagem diferente. Foi necessário uma dinâmica de grupo (com um percentual pequeno de alunos participantes) para tentar envolvê-los na discussão.

À noite, com a turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA, devido ao número reduzido de alunos (atribui-se a essa redução: um campeonato de futsal e uma celebração religiosa que acontecia no mesmo horário na cidade), realizamos uma Roda de Conversa com a mesma temática. Bastante produtiva, rica em discussões. Contamos com a participação de um coordenador pedagógico e de uma professora.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma como a educação secundarista é concebida atualmente está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB - Lei nº 9.394/96) que contempla o ensino médio como a etapa da educação básica de aprofundamento dos conhecimentos e de preparação para a

cidadania e para o trabalho. A Educação em Direitos Humanos vem corroborar e fortalecer o pressuposto da formação cidadã quando prescreve a “cidadania ativa”, o “protagonismo juvenil” no âmbito da educação escolarizada por meio da efetiva e consciente participação do educando na vida escolar, comunitária e societária, construindo e ocupando espaços democráticos e decisórios acerca das políticas públicas.

As observações e reflexões acerca do trabalho realizado na Escola Marechal no sentido de perceber a efetividade ou não das ações propostas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para o Ensino Médio, revelam que, embora desconheçam o texto do plano, os atores da escola vivenciam os seus princípios e objetivos na constituição dos documentos e na execução das suas atividades educativas. Ou seja, o planejamento do trabalho pedagógico se dá na perspectiva de atender aquilo que preconiza a Educação em Direitos Humanos.

Encontramos na escola gestores e professores conscientes do seu papel de educador/formador de opinião. Ocorre, em algumas circunstâncias, o comportamento do “dador de aula” – aquele que vai *transmitir* um conteúdo, “dar a minha aula e pronto”; entretanto, mesmo nestes, percebemos a preocupação em conhecer o aluno para além da sala de aula; em reconhecer que aquilo que é vivenciado no cotidiano familiar, comunitário interfere na predisposição para a aquisição e aperfeiçoamento dos conhecimentos e, conseqüentemente, no desempenho escolar.

Como acontece na maioria das políticas, no plano legal a Educação em Direitos Humanos está sendo garantida. Porém, a sua materialidade é impedida pelas precárias condições de trabalho impostas aos profissionais da educação.

A qualidade do ensino tem sido medida pelo desempenho dos estudantes nas chamadas avaliações externas. Em conferência sobre os limites e perspectivas da educação brasileira, Saviani propõe: “Em lugar de aplicar provas nacionais em crianças de 6 a 8 anos, o que cabe ao Estado fazer é equipar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação obtida em cursos de longa duração, com salários gratificantes, compatíveis com seu valor social” (SAVIANI, 2008, p.15). Tal proposição se aplica perfeitamente à realidade das escolas de ensino médio da rede estadual do Ceará: as escolas profissionalizantes instaladas no interior do estado a partir de 2008, dotadas de uma infraestrutura física, humana, com funcionamento em tempo integral, seleciona os alunos por meio de exame de admissão, têm despontado nos primeiros lugares quanto ao desempenho dos estudantes no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica - SPAECE. Sabe-se, entretanto, o cenário não é comum a todas as escolas da rede, basta tomar como exemplo a Escola Marechal: inexistência de instalações físicas adequadas (espaço, luminosidade, ventilação) e equipamentos insuficientes (computadores, multimídia); salas superlotadas (obrigatoriedade de um mínimo de 40 alunos por sala no 1º ano do ensino médio) quadro de servidores composto por “contratos temporários” (o que acarreta sérias implicações de postura, adoecimentos diante de uma realidade de precarização das relações e das condições de trabalho); não há uma equipe de profissionais para planejar e desenvolver projetos pensados a partir da realidade onde se encontram.

Ao Ensino Médio incumbe-se a responsabilidade da formação para a cidadania, a qual se efetiva concomitantemente com o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Podemos concluir, por este pressuposto, que a escola deve pensar e executar a educação integral do educando. O processo educativo na perspectiva da Educação em Direitos Humanos

Resgata as duas esferas do ser humano: o conhecimento racional, empírico e técnico de um lado, e o simbólico, poético, mágico e mítico de outro. É no entrelaçamento destas duas dimensões que a educação para a cidadania encontra seu ancoradouro e sua potencialidade em relação ao futuro. (BRASIL, 2013, p.12).

Os esforços para melhorar a aprendizagem e para promover o bom desempenho dos estudantes não pode desvincular estas duas dimensões. O trabalho desenvolvido, especialmente nos projetos interdisciplinares, na Escola Marechal Castelo Branco alia estas dimensões. Todavia, à melhor qualidade dos serviços para a comunidade escolar interna e externa é imprescindível as condições estruturais (físicas, de equipamentos, de pessoal qualificado e bem remunerado) adequadas e a presença de outros profissionais (próprios da escola ou de instituições parceiras) para dar suporte na execução dos projetos e aproximar mais a escola da comunidade. Pois, a prática docente, sob o viés da Educação em Direitos Humanos, necessita a articulação de três saberes: “o saber curricular, o saber pedagógico e o saber experimental” (SILVA, 2012, p.82), que forme consciência crítica, estimule o compromisso e vincule a ação educativa com as práticas sociais cotidianas.

Trazendo a argumentação da autora para o exercício profissional do assistente social, podemos realçar a pertinência da presença deste na escola, considerando o viés didático educativo da sua prática e a sua competência no reconhecimento e enfrentamento das expressões da “questão social” – entendida como “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, 2013, p.84) - no ambiente escolar. Também o entendimento sobre a complexidade de relações que se estabelecem no processo de ensino e aprendizagem e que tornam a educação escolarizada – a escola – um dos espaços “mais evidentes, da necessidade de uma abordagem interdisciplinar, seja como objeto de conhecimento e de pesquisa, seja como espaço de intervenção sociocultural” (SEVERINO, 2011, p.20), ratifica essa pertinência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 9.394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

EEM MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO. **Projeto Político Pedagógico**. Piquet Carneiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Regimento Escolar**. Piquet Carneiro, 2014.

FERREIRA, Joana de Souza. **Projeto Leitura dinamizada com a inserção dos audiovisuais**. Piquet Carneiro, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 39.ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SÁ, Jeanete L. Martins de (Org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun, 2008.

SEDUC. **Programas e projetos**. Disponível em <<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas>>. Acesso em: 29/01/2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, Jeanete L. Martins de (Org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Aida Maria Monteiro, TAVARES, Celma. **A formação cidadã no ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção educação em direitos humanos, v.2).

SILVA, Rose Neubauer da (Coord.) et al. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan/abr. 2011.